

Cumprir destacar que, até a sessão do Conselho Superior do Ministério Público para que seja homologada ou rejeitada a promoção de arquivamento, poderão as pessoas legitimadas apresentar razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos do inquérito civil, nos termos do art. 39, § 6º, da Resolução n.º 006/2015-CSMP.

Manaus, 03 de abril de 2023.

LUISSANDRA CHIXARO DE MENEZES
Promotora de Justiça

RECOMENDAÇÃO DE PROMOTORIA Nº
2023/0000027199.03PROM_PIN
RECOMENDAÇÃO Nº 2023/0000027199.03PROM_PIN

Procedimento Administrativo nº 168.2023.000009

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, por seu membro adiante assinado, no uso das atribuições constitucionais conferidas pelos arts. 127 e 129, ambos da Constituição Federal de 1988, pela Lei nº 8.625/93 e no Manual de Taxonomia do Conselho Nacional do Ministério, vem expor e recomendar o que segue.

CONSIDERANDO que o Ministério Público é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme artigo 127, da Constituição caput Federal e artigo 1º da Lei Complementar Estadual nº 11/1993;

CONSIDERANDO que é função institucional e dever do Ministério Público promover o Procedimento Administrativo, na forma da Lei, acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, políticas públicas ou instituições do Estado ou do Município, de suas administrações indiretas ou fundacionais ou de entidades privadas de que participem, na forma do art. 45, II, da Resolução nº 006/2015 do Conselho Superior do Ministério Público;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 4º, I, da Resolução nº 20/2007-CNMP, compete aos órgãos do Ministério Público realizar visitas ordinárias, e, quando necessárias, a qualquer tempo, visitas extraordinárias, em repartições policiais, civis e militares, órgãos de perícia técnica e aquartelamentos militares existentes em sua área de atribuição;

CONSIDERANDO a RECOMENDAÇÃO Nº 31, DE 27 DE JANEIRO DE 2016 do CNMP, no seu inciso III, alínea 'h', quanto à necessidade de constar nos autos do inquérito policial ou processo judicial, a requisição às unidades de hospitais gerais ou de pronto-socorro próximos aos estabelecimentos penais, cadeias públicas, hospitais de custódia ou unidades de internação de relação de pessoas atendidas no dia e horário do suposto fato criminoso, permitindo-se, com isso, a realização de AECD indireto;

CONSIDERANDO a inexistência de Instituto Médico Legal (IML) e de Serviço de Verificação de Óbito (SVO) em funcionamento no Município de Parintins nem servidor público efetivo que seja perito oficial atuando no Município de Parintins;

CONSIDERANDO a necessidade de cumprimento do dispositivo do art.77 da Lei de Registros Públicos (Lei n.6.015/73), o qual dispõe: "Art. 77 – Nenhum sepultamento será feito sem certidão do oficial de registro do lugar do falecimento ou do lugar de residência do de cujus, quando o falecimento ocorrer em local diverso do seu domicílio, extraída após a lavratura do assento de óbito, em vista do atestado de médico, se houver no lugar, ou em caso contrário, de duas pessoas qualificadas que tiverem presenciado ou verificado a morte". Ou seja, há exigência legal da apresentação da Certidão de Óbito para o sepultamento de todos

os indivíduos falecidos, independentemente da causa e deverá ser cobrado dos familiares a apresentação desta certidão de óbito antes do sepultamento. Portanto, a declaração de óbito não substitui a certidão de óbito;

CONSIDERANDO que se tomou conhecimento da existência de entraves no Município de Parintins, especialmente pelos médicos do Hospital Regional de Parintins, na emissão da Declaração de Óbito e na realização de exames de corpo de delito e exames de necropsia;

CONSIDERANDO que o médico Dr.Jorge de Paula Gonçalves, o qual já se encontra aposentado e atua como contratado pelo Município de Parintins como Médico do Trabalho, não atua como perito oficial do Estado do Amazonas, bem como não se pode colocar sobre este, que possui carga horária certa, todas as atuações médicas de declaração de óbito, especialmente quando este não estiver em seu horário de atendimento;

CONSIDERANDO que, na falta de perito oficial, o exame de corpo de delito e de necropsia serão realizados por 2 (duas) pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior preferencialmente na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame, conforme art.159, caput e §1º, do Código de Processo Penal;

CONSIDERANDO a existência do Sistema Único de Saúde no Brasil, custeado tanto pela União, Estado e Município;

CONSIDERANDO que existe no Município de Parintins um Hospital Regional Público custeado pelo SUS, mantido e administrado pelo Município de Parintins, assim como demais unidades de saúde no Município de Parintins;

CONSIDERANDO que nos casos de óbitos há necessidade de atuação de médico e, em caso de exame de corpo de delito, de dois profissionais da saúde para atuação, podendo ser inclusive do Hospital Regional de Parintins;

CONSIDERANDO que existe Manual de Instruções para Preenchimento de Declaração de Óbito do Ministério da Saúde de 2022 e publicado no sítio eletrônico do referido órgão federal para fins de normatização e uniformização no âmbito do SUS;

CONSIDERANDO que o supramencionado Manual de Instruções (pág.16) aponta que, havendo morte natural com assistência médica, a Declaração de Óbito será emitida pelo médico que vinha prestando assistência ao paciente, sempre que possível, em todas as situações; seja pelo médico-assistente e, na sua falta, o médico substituto ou plantonista, para óbitos de pacientes internados sob regime hospitalar; seja pelo médico designado pela instituição que prestava assistência, para óbitos de pacientes sob regime ambulatorial; seja pelo médico da Estratégia Saúde da Família (ESF), do Programa de Internação Domiciliar e outros semelhantes, para óbitos de pacientes em tratamento sob regime domiciliar;

CONSIDERANDO que o supramencionado Manual de Instruções (pág.16) aponta que, havendo morte natural sem assistência médica e não havendo SVO, a Declaração de Óbito será emitida pelo médico da ESF da área de abrangência do falecido; ou pelo médico de outro serviço público de saúde mais próximo do local onde ocorreu o evento; ou, na sua ausência, por qualquer médico;

CONSIDERANDO que o supramencionado Manual de Instruções (pág.16) aponta que, não havendo IML e tratando-se de morte não natural, a Declaração de Óbito será emitida por qualquer médico da localidade ou outro profissional investido pela autoridade judicial ou policial na função de perito legista eventual

(ad hoc), qualquer que tenha sido o tempo decorrido entre o evento violento e a morte;

CONSIDERANDO que, havendo alguma recusa sem fundamento por médico que deveria atuar na emissão da Declaração do Óbito, a autoridade do setor de saúde do Município de Parintins deve adotar as medidas para apuração e responsabilização disciplinar do médico por descumprimento de ordem legal de superior e comunicar ao Ministério Público para análise do caso e das consequências da omissão pelo profissional da saúde;

CONSIDERANDO que em relação a exames de corpo de delito e de necropsia pode ser aplicada a mesma lógica dos atendimentos anteriores, com a designação pela autoridade policial e tomada de termo de compromisso pelos profissionais da área da saúde, até a efetiva existência de perito oficial (servidor público efetivo com cargo respectivo de perito) no Município de Parintins para os atendimentos das demandas de perícia de casos criminais;

CONSIDERANDO então o disposto no artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal nº 8.625/93, de que cabe ao Ministério Público expedir recomendação administrativa;

RESOLVE:

1. RECOMENDAR aos Delegados das Delegacias de Polícia de Parintins que, nos casos de realização de exame de corpo de delito de custodiados e vítimas, caso não consigam médicos para atuarem como peritos nas proximidades, encaminhem aqueles para a realização ad hoc do exame de corpo de delito/necropsia no Hospital Regional de Parintins custeado pelo SUS, nomeando como peritos ad hoc os médicos e demais profissionais da saúde de nível superior que ali se encontrem atuando em seu horário de expediente (inclusive plantão, se for o caso), observando-se a nomeação de dois peritos;

2. RECOMENDAR aos Delegados das Delegacias de Polícia de Parintins que, nos casos de realização de exame de corpo de delito/necropsia de custodiados e vítimas, encaminhem o termo de compromisso junto (não necessariamente no mesmo documento) com a requisição de exame de corpo de delito/necropsia com os quesitos pertinentes, sendo que neste caso do laudo deve ser observado espaço suficiente entre os quesitos para as respostas pelos peritos com letra legível, sem prejuízo de ser disponibilizado arquivo digital do laudo para, após a devida perícia, os peritos poderem preencher o laudo de forma digital para a seguida impressão (facilitando a compreensão na leitura) e devida assinatura dos peritos que o preencheram;

3. RECOMENDAR à Prefeitura de Parintins, ao Secretário Municipal de Saúde de Parintins e à Direção do Hospital Regional de Parintins custeado pelo SUS que, em sendo necessário apresentar eventuais custodiados ou vítimas para a realização de exame de corpo de delito/necropsia, adotem as medidas necessárias para que o(a) médico(a) e demais profissionais da área da saúde de nível superior que ali se encontrem atuando em seu horário de expediente (inclusive plantão se for o caso) atuem conforme a necessidade encaminhada pelas Delegacias de Polícia, Ministério Público ou Poder Judiciário na realização do pertinente exame de corpo de delito/necropsia e confecção do respectivo laudo;

4. RECOMENDAR à Prefeitura de Parintins, ao Secretário Municipal de Saúde de Parintins e à Direção do Hospital Municipal de Parintins custeado pelo SUS que adotem as medidas necessárias para que deem cumprimento ao Manual de Instruções para Preenchimento de Declaração de Óbito do Ministério da Saúde de 2022, com vista a que sejam devidamente analisados os casos de óbitos pelos médicos e providenciada a devida expedição da declaração de óbito em tempo hábil pelo médico que estiver no

atendimento ou plantão do Hospital, possibilitando aos familiares que providenciem a expedição da certidão de óbito;

5. RECOMENDAR à Prefeitura de Parintins e à Administração do Cemitério Municipal de Parintins que observem a disposição do art. 77 da Lei de Registros Públicos (Lei n. 6.015/73), que dispõe expressamente sobre a necessidade da apresentação da Certidão de Óbito para o sepultamento de pessoas falecidas, independentemente da causa, e deverá ser cobrado dos familiares a apresentação desta certidão de óbito antes do sepultamento, esclarecendo-se desde logo que a declaração de óbito não substitui a certidão de óbito, ou seja, não serve para suprir a determinação legal acima indicada.

Ficam advertidos os destinatários da presente Recomendação dos seguintes efeitos das recomendações expedidas: (a) constituir em mora o(a) destinatário(a) quanto às providências recomendadas, podendo seu descumprimento implicar a adoção de medidas administrativas e ações judiciais cabíveis contra o(a) responsável; (b) constituir-se o seu descumprimento em elemento probatório em sede de ações judiciais.

Dá-se aos destinatários o prazo de 30 (trinta) dias para manifestação a respeito de seu acatamento, devendo ser encaminhados ofícios com cópia desta recomendação e de cópia integral do Manual de Instruções para Preenchimento de Declaração de Óbito do Ministério da Saúde de 2022 a todos os destinatários desta, quais sejam: Delegados das Delegacias de Polícia de Parintins; Prefeito de Parintins, Secretário(a) Municipal de Saúde de Parintins; Diretora do Hospital Regional de Parintins; e Administrador do Cemitério Municipal de Parintins.

Por fim, seja fixada cópia desta recomendação no mural da Sede das Promotorias de Justiça de Parintins e enviada para publicação no Diário Oficial do MPAM.

Parintins, 02 de abril de 2023.

Ricardo Mitos Nogueira Borges
Promotor de Justiça – Titular da Promotoria de Justiça de Fonte Boa e Ampliado para a 3ª Promotoria de Justiça de Parintins

PORTARIA DE PROMOTORIA Nº 2023/0000027195

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições nº 168.2023.000009

Portaria nº 2023/0000027195

Representado(s): Município de Parintins

OBJETO: Acompanhar o registro em tempo razoável de Declaração de Óbito que viabilize a Certidão de Óbito em Cartório e o consequente sepultamento, assim como acompanhar a devida realização de exames de corpo de delito e exames de necropsia no Município de Parintins

Parintins, 02 de Abril de 2023
RICARDO MITOS NOGUEIRA BORGES
03º Promotor de Justiça de Parintins

EXTRATO DE PROMOTORIA Nº 232.2021.000001

CIENTIFICAÇÃO DE ARQUIVAMENTO

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas Nº 232.2021.000001

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, por seu Promotor de Justiça abaixo assinado, nos termos do art. 49 e 50, parágrafo único da Resolução nº 006/2015-CSMP, científica, a